



FUNDO PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA (FTJ)

O Fundo para uma Transição Justa (FTJ) é um instrumento financeiro que se insere no âmbito da política de coesão e que visa prestar apoio aos territórios que enfrentam graves desafios socioeconómicos decorrentes do processo de transição para uma economia com impacto neutro no clima. O FTJ facilitará a aplicação do Pacto Ecológico Europeu, cujo objetivo é a consecução da neutralidade climática da União até 2050.

BASE JURÍDICA

Artigo 175.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Fundo para uma Transição Justa ([COM\(2020\) 022](#)).

CONTEXTO

Em maio de 2018, a Comissão Europeia apresentou a sua proposta relativa ao próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período de 2021-2027. A proposta pôs em evidência a maior ambição da Comissão Europeia em matéria de atividades relacionadas com o clima, sugerindo a afetação de 25 % das despesas da UE a atividades dessa natureza.

Em dezembro de 2019, a Comissão Europeia adotou uma Comunicação sobre o Pacto Ecológico Europeu^[1], que estabelece o roteiro para uma nova política de crescimento para a UE. A Comissão Europeia propôs a criação de um Mecanismo para uma Transição Justa (MTJ), que incluísse também um Fundo para uma Transição Justa (FTJ), enquanto parte integrante do Pacto Ecológico Europeu e no intuito de alcançar a neutralidade climática da UE de uma forma eficaz e justa. Segundo a Comissão, o MTJ deveria colocar a ênfase nas regiões e nos setores mais afetados pela transição devido à sua dependência dos combustíveis fósseis, nomeadamente o carvão, a turfa e o xisto betuminoso, bem como nos processos industriais com elevada intensidade carbónica.

O Mecanismo será constituído por três pilares:

- o Fundo para uma Transição Justa;
- um regime específico ao abrigo do programa InvestEU;

[1] [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre o Pacto Ecológico Europeu \(COM\(2019\) 640\)](#).



- um mecanismo de crédito ao setor público, atribuído pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), a fim de mobilizar investimentos adicionais nas regiões em causa.

O FTJ será principalmente utilizado para conceder subvenções. O regime de transição específico estabelecido ao abrigo do programa InvestEU atrairá o investimento privado. As atividades do BEI mobilizarão financiamento público.

O apoio prestado através do FTJ centrar-se-á na diversificação económica dos territórios mais afetados pela transição climática, bem como na requalificação e inclusão ativa dos trabalhadores e dos candidatos a emprego desses territórios. Os critérios de elegibilidade aplicáveis ao investimento no âmbito dos outros dois pilares do MTJ serão mais amplos, de molde a abranger o apoio a atividades relacionadas com a transição energética.

OBJETIVOS

O Fundo para uma Transição Justa será um instrumento fundamental para apoiar os territórios mais afetados pela transição para uma economia com impacto neutro no clima, bem como para prevenir o aumento das disparidades regionais. O Fundo terá como principal objetivo a redução do impacto da transição, através do financiamento da diversificação e da modernização da economia local e da atenuação das repercussões negativas sobre o emprego. Para atingir o seu objetivo, o FTJ apoiará investimentos em domínios como a conectividade digital, as tecnologias de energia limpa, a redução das emissões, a regeneração de instalações industriais, a requalificação de trabalhadores e a assistência técnica.

O FTJ será executado em regime de gestão partilhada, o que significa uma cooperação estreita com as autoridades nacionais, regionais e locais. Para poderem aceder ao apoio concedido pelo FTJ, os Estados-Membros terão de apresentar planos territoriais de transição justa. Esses planos delinearão domínios de intervenção específicos, baseando-se para tal nos impactos económicos e sociais da transição, nomeadamente em termos de perdas de emprego esperadas e necessidades decorrentes da transformação dos processos de produção nas instalações industriais que apresentam uma maior intensidade de emissões de gases com efeito de estufa.

ORÇAMENTO E REGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA

O FTJ prestará apoio a todos os Estados-Membros. Os critérios de atribuição baseiam-se nas emissões industriais em regiões de alta intensidade de carbono, no emprego nos setores da indústria e da extração de carvão e lenhite, na produção de turfa e de xisto betuminoso e no nível de desenvolvimento económico. Os Estados-Membros que ainda não se tenham comprometido a atingir o objetivo de alcançar neutralidade climática até 2050 beneficiarão apenas de 50 % da dotação prevista. O nível de cofinanciamento dos projetos será fixado em função da categoria da região em que estes projetos se situem.

O orçamento do FTJ está atualmente a ser negociado entre o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia e será estabelecido num futuro próximo.



A Comissão Europeia propõe que se obrigue os Estados-Membros a complementar a dotação que lhes é atribuída através do FTJ com os recursos afetados ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu Mais (FSE +), e que para tal se recorra a um mecanismo de transferência específico e definitivo. De acordo com a proposta da Comissão Europeia, estas transferências corresponderão a, no mínimo, 1,5 e, no máximo, a 3 vezes a dotação do FTJ.

O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU

O FTJ está atualmente a ser negociado entre o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. Em 17 de setembro de 2020, o Parlamento Europeu adotou a sua posição de negociação, incluindo propostas de alteração à proposta inicial apresentada pela Comissão. Espera-se que, até janeiro de 2021, uma versão final do FTJ venha a ser adotada.

No que diz respeito à proposta do FTJ, o Parlamento Europeu está particularmente preocupado com o impacto socioeconómico da transição para uma economia com impacto neutro no clima, avançando medidas capazes de ajudar a que o processo de transição se desenrole sem criar disparidades ainda maiores entre as regiões, nem deixar ninguém para trás.

O Parlamento Europeu sugeriu aumentar o leque de atividades passíveis de financiamento através do FTJ. Tal deverá permitir que regiões, pessoas, empresas e outras partes interessadas possam fazer face às consequências sociais, laborais, económicas e ambientais da transição para uma economia com impacto neutro no clima. Além disso, o Parlamento Europeu propôs uma série de exclusões para determinadas atividades económicas, sublinhando a importância do aspeto social deste Fundo.

O Parlamento Europeu propôs a atribuição de um orçamento substancialmente mais elevado ao FTJ, o que permitiria proceder a transferências a partir do FEDER e do FSE + numa base voluntária e não obrigatória. Também recomenda a inclusão de um «mecanismo ecológico de recompensa» destinado a atribuir fundos adicionais aos Estados-Membros que logrem reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa mais rapidamente do que o previsto, prevendo, ao mesmo tempo, a concessão de atribuições específicas às ilhas e às regiões ultraperiféricas.

Marek Kołodziejcki
10/2020

